

**Mentiras que o
governo conta**

**e verdades que o
governo esconde
sobre as finanças
da Prefeitura**

*Vamos juntas
com*
VEREADORA
RegineteBispo*

 [reginetebispo](#)

 [RegineteSouzaBispo](#)

 [reginetebispo](#)

Na escala de prioridades, a vida em último lugar

Tal como em todas cidades que não adotaram medidas adequadas para enfrentar o coronavírus, em Porto Alegre também se observou a explosão da pandemia e o agravamento das dificuldades principalmente para a maioria pobre da população.

A cidade esteve à beira de um colapso funerário. Num único dia, em 15 de março, 61 vidas humanas foram perdidas.

Dados da Secretaria de Saúde [<https://infografico-covid.procempa.com.br/>] mostram que no atual governo a média diária de mortes por COVID quase triplicou na cidade, subindo de 6,8/dia em 2020 para 19,4 mortes diárias de 1º de janeiro a 31 de maio deste ano. Neste período, o número de casos confirmados cresceu 54,2%: de 287,6 para 443,4 casos/dia.

Apesar desta dolorosa realidade, a prioridade do governo na Câmara de Vereadores não foi o enfrentamento da pandemia e dos seus efeitos sobre a economia e para a população. O prefeito Sebastião Melo/MDB e sua base no legislativo municipal agem como se a pandemia não existisse.

Num discurso insensível e indiferente às perdas humanas, o prefeito conclamou porto-alegrenses a entregarem a própria vida e a dos seus familiares para "salvar a economia", como se fosse possível qualquer economia existir sem se garantir, antes, a existência da vida humana.

Privatizações, perdão a sonegadores e ataques ao funcionalismo

Em 5 meses de governo, o prefeito de Porto Alegre não apresentou nenhum projeto novo para enfrentar a pandemia, apoiar micro e pequenas empresas e ajudar a população cada vez mais empobrecida e vivendo em situação de insegurança alimentar.

A realidade dramática enfrentada pela população parece não comover o prefeito, que está obcecado em privatizar o DMAE, a CARRIS e a PROCEMPA para oportunizar a exploração lucrativa de serviços essenciais por grupos privados. Além disso, Melo pretende aprovar perdão a sonegadores através do Projeto de Lei Complementar nº 4/2021.

A destruição dos direitos previdenciários do funcionalismo – principalmente das funcionárias do Município – é outra obsessão do governo Melo.

A mentira como método oficial de governo

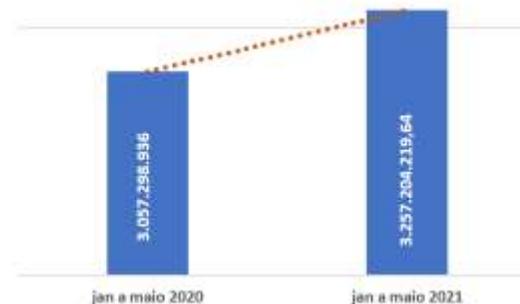
O governo Melo representa, ao mesmo tempo, a continuidade e o aprofundamento do projeto iniciado em 2017 pelo seu antecessor. Assim como Marchezan Júnior, Melo é apoiado pelo mesmo condomínio midiático-parlamentar-empresarial, aplica o mesmo ideário ultraliberal, e também faz da mentira o método oficial de governo.

Como o prefeito anterior, Melo também inventa o simulacro de crise das finanças municipais para, com este falso pretexto, legitimar retrocessos administrativos, privatizações, desmonte do serviço público e abandono das políticas sociais.

É inaceitável que enquanto a cidade enfrenta a maior catástrofe sanitária e humanitária em 251 anos de história, a Prefeitura não tenha como prioridade absoluta fortalecer os serviços públicos para salvar vidas e proteger a população.

A necessidade de medidas econômicas, sociais e assistenciais efetivas de parte da Prefeitura é ainda mais relevante, pois Porto Alegre é a capital com maior custo de vida e apresenta o índice mais alto de desemprego dentre as capitais do país.

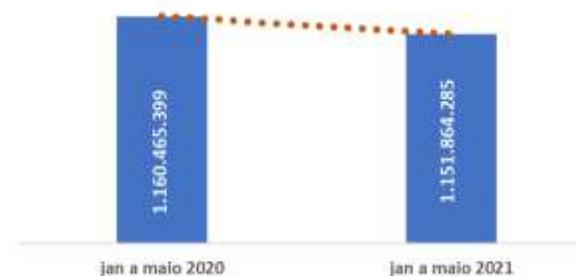
Arrecadação de 2021 é R\$ 199,9 milhões maior que de 2020



A receita acumulada da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) entre janeiro e maio de 2021 cresceu 6,5% em comparação com mesmo período do ano anterior, significando um aumento de R\$ 199,9 milhões da arrecadação municipal nestes 5 meses. Este desempenho repete a tendência de anos anteriores, de término do exercício com superávit.

(Fonte: ERO, SMF)

Despesas de pessoal é R\$ 8,6 milhões menor que em 2020



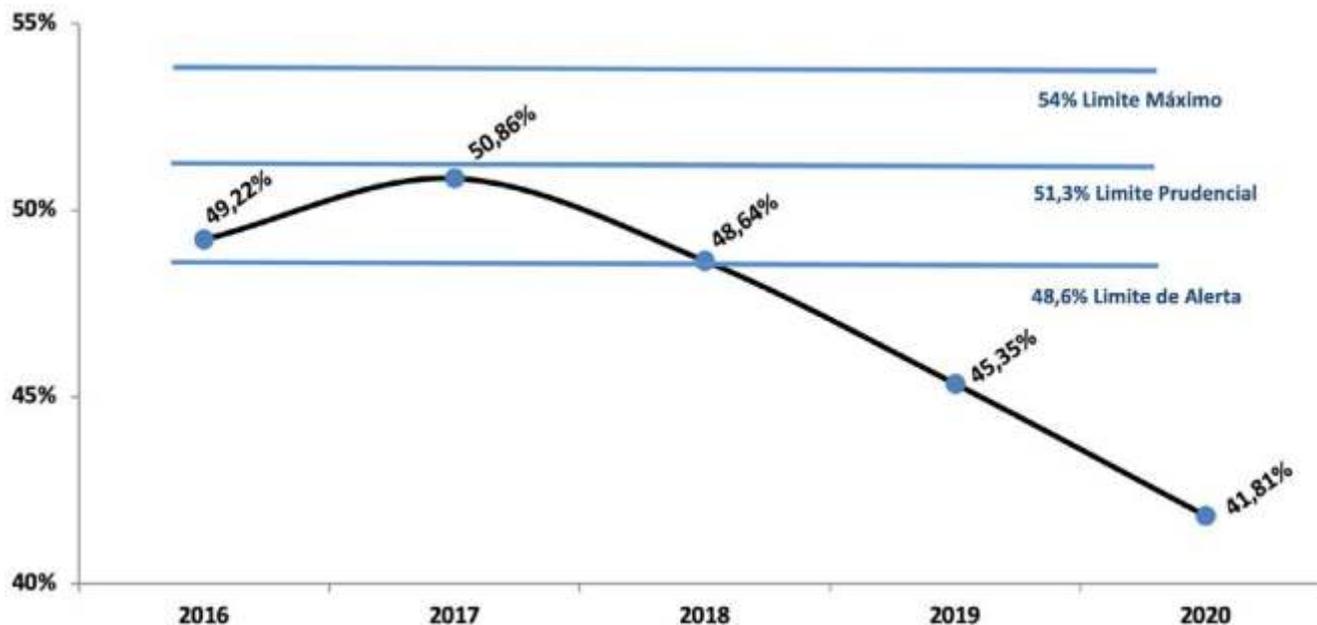
As despesas de pessoal, que englobam o pagamento dos salários, aposentadorias e pensões, foram R\$ 8,6 milhões menores nos 5 meses de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

(Fonte: Sistema Integrado de Recursos Humanos, SMA).

Comprometimento da RCL com despesas de pessoal é o menor da história

O comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal é o menor da história da PMPA desde a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

(Fonte: Balanço das Finanças Públicas 2020, página 33)

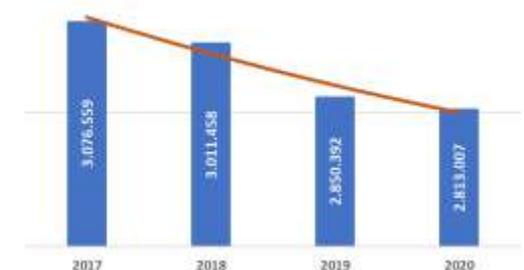


Em queda constante devido à política continuada de arrocho e desmonte das carreiras públicas, a participação das despesas de pessoal na RCL representou 41,81%, um índice muito abaixo dos limites estabelecidos pela LRF.

Isso evidencia que o governo poderia repor as perdas salariais acumuladas, próximas de 25%, e também as aposentadorias de cargos essenciais para o atendimento da população.

Despesas de pessoal em queda constante

As despesas da PMPA com pessoal vêm diminuindo constantemente, em decorrência dos ataques continuados aos direitos do funcionalismo e ao arrocho salarial. Este fenômeno está se repetindo este ano, como se demonstrou em gráfico anterior, e assim os governos fazem caixa – como mostram os superávits crescentes – nas costas do funcionalismo, em prejuízo dos serviços públicos.

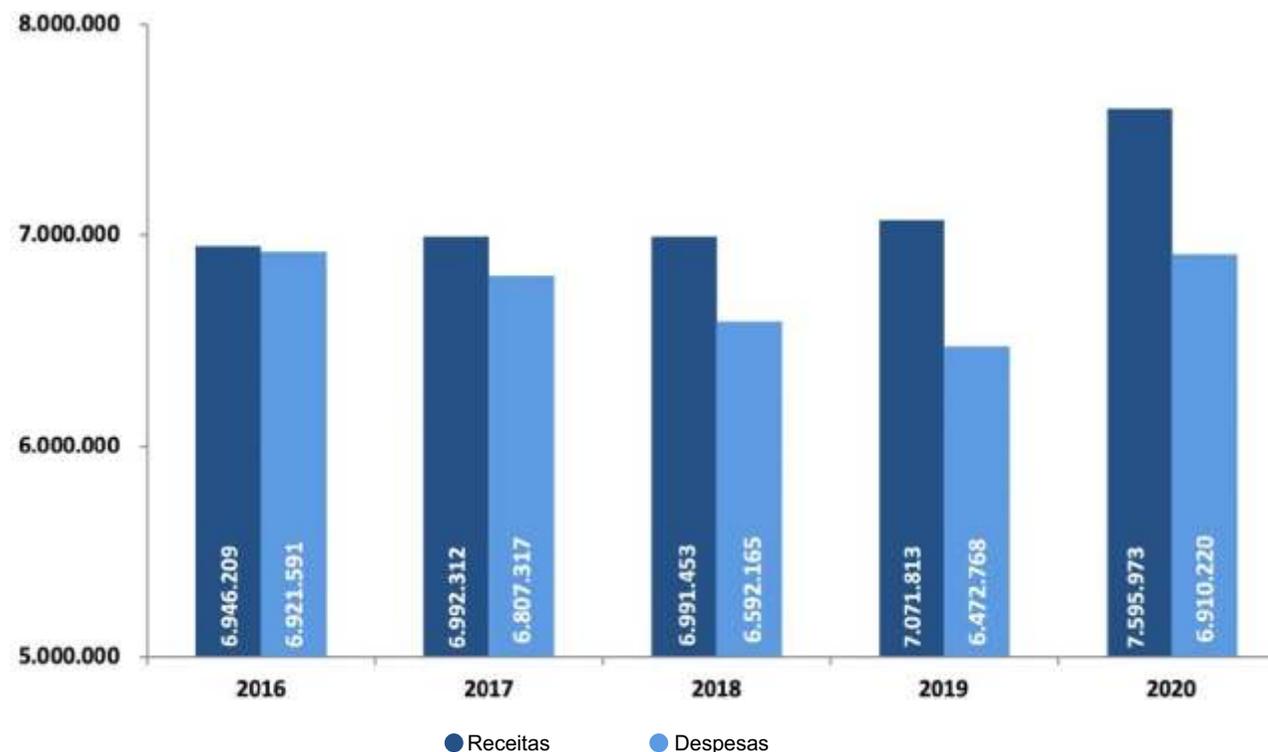


Orçamento superavitário

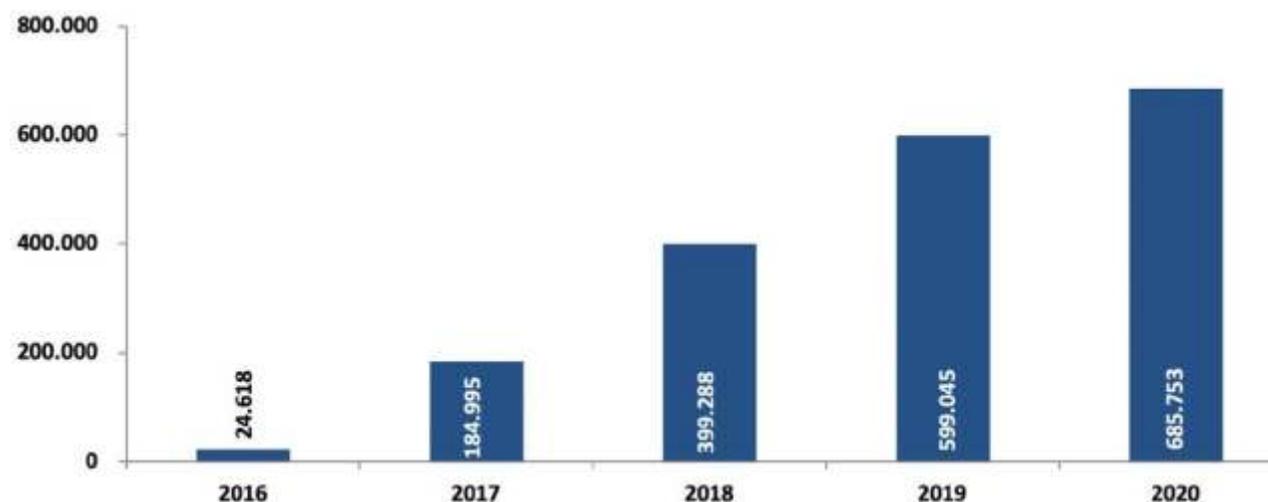
Contrariamente ao que alardeiam o governo e aliados na Câmara, a situação financeira da PMPA é estruturalmente favorável. Desde 2014 a Prefeitura acumula superávits sucessivos e crescentes, realidade que desmente a retórica falaciosa de déficits e o simulacro de “colapso das finanças públicas”.

(Fonte: Balanço das Finanças Públicas 2020, página 9)

Receitas x Despesas



Resultado Orçamentário – Superávit



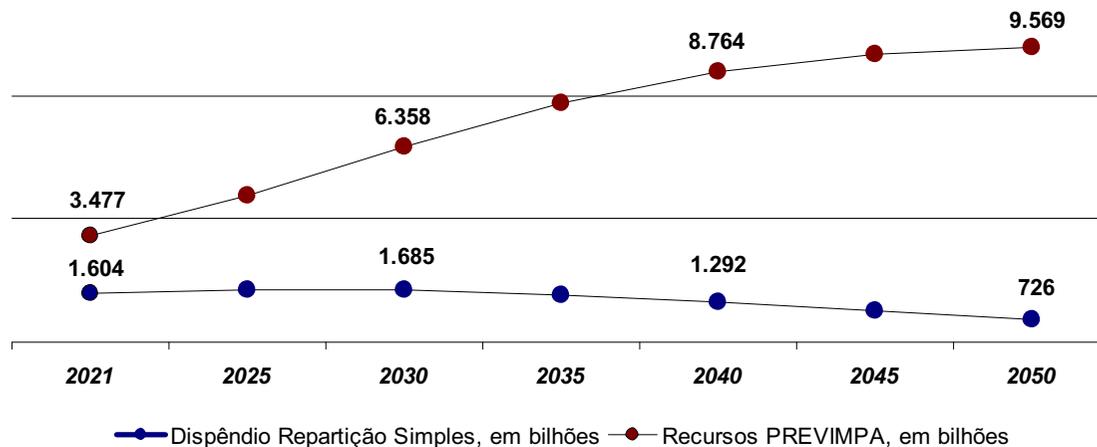
Governo mente e manipula números para atacar previdência

A situação previdenciária da PMPA é atuarialmente superavitária em R\$ 416,5 milhões, como mostram relatórios oficiais. Apesar disso, o governo manipula os números para fabricar a existência de um fantasioso déficit na previdência.

Em 31/12/2020 o patrimônio financeiro do PREVIMPA estava em R\$ 3,143 bilhões e projeta um saldo financeiro de R\$ 6,358 bilhões, a valores atuais, no final desta década.

O dispêndio da PMPA para a cobertura previdenciária dos funcionários que ingressaram no Município antes da criação do PREVIMPA [set/2001], vinculados ao Regime de Repartição Simples, começará a reduzir a partir do ano de 2030. E, a partir de 2045, a trajetória declinante se acentuará sobremaneira.

(Fonte: Relatório Avaliação Atuarial PREVIMPA, março/2021)



A existência dos dois regimes previdenciários – PREVIMPA e Repartição Simples – é resultado do pacto da cidade firmado em 2001. Na ocasião, Executivo e Legislativo optaram, na Lei, por não constituir fundo financeiro que obrigaria o aporte devido pelo Tesouro, que seria de mais de R\$ 10 bilhões, a valores atuais.

Decidiu-se, então, que o pagamento futuro dos segurados que ingressaram na PMPA antes de 2001 se daria por meio do caixa do Tesouro Municipal e da contribuição mensal dos servidores ativos vinculados ao regime de Repartição Simples, como ocorre há 20 anos.

Estes compromissos previdenciários, somados às demais despesas de pessoal, cabem perfeitamente no orçamento municipal, como se observa no baixíssimo nível de comprometimento da RCL com tais despesas – que, em 2020, foi de 41,81% da RCL, o menor da história.

Reforma previdenciária é desnecessária e injustificável

A reforma previdenciária é desnecessária e injustificável, porque a previdência municipal é sustentável e equilibrada, como comprovou parecer do Conselho de Administração do PREVIMPA. Além disso, as finanças da PMPA nem de longe se assemelham ao colapso fabricado pelo governo para criar um falso ambiente de caos financeiro.

Aliás, é contraditório o governo atacar milhares de famílias de servidores municipais e, por outro lado, perdoar dívidas de um punhado de sonegadores que devem bilhões de reais ao Município, como faz através do Projeto de Lei Complementar nº 4/2021.

É falsa, também, a alegação de que a EC 103/2019 obriga a realizar a reforma, como demonstra o fato, reconhecido na propaganda da própria Prefeitura, de que apenas duas capitais a realizaram. De acordo com o artigo 40 da Constituição, o critério para mudar a previdência municipal é o equilíbrio financeiro e atuarial, e não a obsessão ideológica do prefeito.

Falta de transparência e sonegação de dados

O governo alardeia que a reforma é imprescindível para a saúde das finanças municipais, porém não apresenta nenhum estudo confiável a respeito, ao mesmo tempo em que faz propaganda desonesta com o objetivo de jogar a população contra os servidores públicos.

O governo sonega informações, dados e estudos que fundamentam o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2020 proposto pelo governo anterior e continuado pelo atual. A sonegação de dados técnicos distorce e deslegitima o processo de deliberação da Câmara de Vereadores.

O governo sonega, por exemplo, estudos atuariais que demonstram em quanto aumentará o superávit com o aumento em 7 anos da idade mínima de aposentadoria das mulheres, que representam 68,5% do total de segurados do PREVIMPA.

O governo também retarda a realização da Auditoria Externa recomendada pelo atual Secretário Municipal da Fazenda quando ele presidia o Conselho Fiscal do PREVIMPA. Em parecer de 16/1/2019, o hoje Secretário anotou "deficiência técnica preocupante" do estudo atuarial e entendeu "imprescindível a contratação de uma auditoria externa que possa analisar as inconsistências".

Por esses motivos, no despacho SEI nº 0235840 requeri à presidência da Câmara a suspensão da tramitação do Projeto nº 2/2020 enquanto não forem apresentados os dados e estudos exigidos por Lei, e enquanto a auditoria não for concluída e seus resultados disponibilizados para o Legislativo.



Reforma penaliza ainda mais as mulheres

A reforma proposta pelo prefeito Sebastião Melo/MDB discrimina e penaliza ainda mais mulheres. Ele propõe aumentar de 55 para 62 anos a idade mínima para as mulheres se aposentarem.

As mulheres terão de trabalhar e contribuir 7 anos a mais, representando um acréscimo de 12,73% do tempo de serviço; ao passo que os homens terão aumento de 5 anos; um acréscimo de 8,33%.

As mulheres representam 68,05% do total de servidores/as segurados/as pelo PREVIMPA. Com o aumento de 7 anos de trabalho e contribuição, o governo planeja aumentar ainda mais o superávit da previdência para fazer caixa às custas das funcionárias municipais.

Com a discriminação e penalização das mulheres na reforma, o governo agrava a discriminação das mulheres na Prefeitura, por isso solicitei à Procuradoria Especializada da Mulher da Câmara a análise desta situação (despacho SEI nº 0223583):

- o salário médio das funcionárias em atividade é 7,3% menor que o salário dos homens;
- o valor médio da aposentadoria das funcionárias aposentadas equivale a apenas 80,6% do valor médio da aposentadoria dos homens aposentados;
- as mulheres aposentadas por invalidez recebem apenas 73,13% da aposentadoria recebida pelos homens aposentados por invalidez pelo PREVIMPA.

Vamos juntas
com
VEREADORA
Reginete Bispo